



“Abriu caminho para duas décadas de arbítrio.”

**Marco Antonio Villa**  
HISTORIADOR  
Referindo-se ao governo João Goulart

“O debate sobre elas vem sendo feito à exaustão.”

**Tarso Genro**  
EX-MINISTRO DA JUSTIÇA  
Sobre as práticas de governabilidade

Três séculos e meio, sem que um futuro decente se iniciasse

**Cristovam Buarque**  
Professor (UnB) e senador (PDT-DF)  
pmiranda@senado.leg.br

## Início de mudança ou de continuidade

No futuro, quando estudarem nosso tempo, os historiadores ficarão surpresos ao constatar que, no início de 2014, cada criança brasileira nascia com um carimbo na testa, indicando se teria ou não escola de qualidade ao longo da vida. E se surpreenderão com o fato de que apenas entre 10% e 20% delas tinham o carimbo da perspectiva de qualidade na educação que as esperava.

Ao aprofundarem os estudos sobre o século XXI, talvez identifiquem que a situação de 2014 teria sido superada por uma revolução educacional que ofereceu educa-

ção com qualidade para todos os brasileiros. Ou, em vez disso, os historiadores identificarão a continuidade dos dois carimbos como a causa do atraso brasileiro ao longo do século.

Os historiadores vão poder observar se o novo ano de 2014 foi de início de mudança ou de continuidade; se, nas eleições, nasceram políticas que apagaram os carimbos ou se mantiveram o Brasil dividido socialmente e separado do resto do mundo da modernidade científica e tecnológica, decorrente da desigualdade como a educação se distribuía e do desperdício por não ter sido oferecida a todas as pessoas.

O que vai inquietar os historiadores é a falta de explicação clara de por que os brasileiros deixaram isso acontecer. Poderão supor que o imaginário brasileiro nunca deu importância aos produtos da mente, preferiram os produtos da indústria; também, que éramos um povo imediatista e preferíamos o consumo supérfluo ao investimento, especialmente em infraestrutura de efeito imediato, do que em educação, cujos efeitos são de longo prazo.

Dirão ainda que, sendo uma sociedade dividida entre duas castas sociais, ao resolver a educação da casta superior, abandonava-se a educação da população em geral, jo-

gando fora o potencial de dezenas de milhões de cérebros.

Alguns especularão sobre essas hipóteses, mas nenhum conseguirá justificar como um país, com um único idioma, um território contínuo e um setor produtivo potente, não fez a opção correta pela educação de suas crianças e pelo desenvolvimento de seu imenso potencial intelectual. Não entenderão como isso acontecia sem provocar a indignação das pessoas nem uma revolução social.

Alguns historiadores mais vocacionados às análises econômicas vão comparar nossa história à de outros países da mesma época e fica-

rão surpresos com o que o Brasil perdeu por não usar seu potencial para construir uma sociedade eficiente e justa.

Talvez um deles consiga analisar o que se debateu no Brasil no ano de 2014 e conclua que foi um ano qualquer, parecido com os 350 anos durante os quais o Brasil atravessou a escravidão, sem optar por apagar os carimbos que marcavam a testa de cada criança, definindo se ela teria liberdade ou se seria escravizada quando crescesse. Três séculos e meio, sem que um futuro decente se iniciasse.

A utilização de animais em pesquisas científicas é a melhor alternativa para garantir resultados que sejam eficientes?

**debate**

## A pesquisa em xequê

O uso de animais em pesquisas científicas voltou à pauta de discussões desde a invasão do Instituto Royal. Mas a discussão em torno do tema é ampla, pois implica nas descobertas científicas com benefícios inquestionáveis para os humanos e outros animais.

A ciência avançou muito, mas a etapa de experimentação animal ainda é necessária. Vacinas, medicamentos, desenvolvimento de próteses e cirurgias, terapias com células-tronco, terapia gênica são apenas exemplos dos benefícios obtidos com o uso de animais. A comunidade científica tem buscado alternativas tecnológicas para evitar que um número maior de animais seja utilizado, fazendo o planejamento racional dos experimentos e substituindo-os por métodos validados sempre que possível. Um dos exemplos é o desenvolvimento da insulina. A insulina foi inicialmente extraída do pâncreas bovino, depois, do suínos e, hoje, é sintetizada, sem necessitar do sacrifício de animais.

A experimentação animal também é necessária durante o período de desenvolvimento

de um novo medicamento, em que as agências regulatórias públicas, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no Brasil, Food and Drug Administration (FDA), nos Estados Unidos, European Medicines Agency (Ema), na Comunidade Europeia, entre outras, demandam testes em animais antes do uso em humanos. Nessa fase, verifica-se como o medicamento é metabolizado, o que requer o uso do organismo inteiro.

Mas, ao mesmo tempo, já existem alternativas, como acontece com os cosméticos, nos quais a experimentação animal foi suspensa. Hoje, é possível fazer diversos ensaios usando células de cultura, pele artificial e até fragmentos de peles humanas oriundas de cadáveres. A grande maioria das indústrias de cosméticos do mundo e no Brasil já aboliu o uso de animais para testes de segurança de seus produtos.

A Lei 11.794/2008, cujo au-

tor foi o sanitarista e deputado federal Sérgio Arouca, incentiva princípios internacionais de refinamento, redução e substituição do uso de animais, cria a política nacional do uso de animais em atividades acadêmicas científicas, determina a criação de comissões de ética nas instituições (Ceuas) e estabelece a criação do Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea).

A Lei Arouca é adequada e antes de sua promulgação foi amplamente debatida. Vale lembrar que as sociedades protetoras dos animais fizeram parte desse diálogo, participando das audiências e estão presentes no Concea.

Não sei quando e se será possível abolir de vez a utilização de animais em modelos experimentais, mas as pesquisas devem estar alinhadas à interpretação apropriada da Lei Arouca. Ajustes sempre serão necessários e tenho certeza de que a comunidade científica está atenta a isso.

**Helena B. Nader**  
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência



## Girando na própria inércia

Audiências públicas e debates têm sido realizados atualmente nesta cidade,

assim como em todo o mundo, tendo como centro a questão da utilização de animais vivos em dois pontos: no ensino e na experimentação de produtos de consumo (por exemplo, remédios, material de limpeza, cosméticos, produtos para automóveis).

No primeiro ponto, a sorte parece já estar lançada. A maioria das universidades modernas (Harvard e outras em Boston, Michigan, Texas, Alabama, Chicago, Cincinnati, Stanford, Califórnia, Nova York etc.) não utiliza animais vivos.

Os alicerces das escolas e universidades que ainda utilizam métodos que invariavelmente os torturam e os levam à morte (quando não morrem pelo próprio professor diante dos alunos) estão seriamente avariados. Podemos dizer que as universidades que ainda mantêm animais no ensino estão girando no vazio, vítimas da própria inércia.

Apesar da insistência nesta tecla originada na tradição ora em conflito com a preocu-

pação ética e ambiental, na preguiça em mudar o status quo, na incapacidade dos professores de criar novos caminhos, no imobilismo burocrático das entidades, nos fatores econômicos que criam empregos e alimentam os biotérios, é certo que alguns docentes já questionam e inclusive escrevem artigos e livros contrários a essas práticas (vide os biólogos brasileiros Sérgio Greiff e Thales Trez).

Entretanto, a maioria dos professores nada faz para mudar o cenário. Responsabilizemos mais aqui os de biologia, pois, de uma maneira geral, são seus biotérios a causa da exportação de animais para outros departamentos, como os de veterinária, psicologia, medicina, enfermagem – autojustificação para a própria existência desses presídios.

Os ativistas sabem que é preciso orientar a crítica para os departamentos de biologia, pois são eles os criadores

e fornecedores de animais.

Esses professores ligados aos velhos métodos de tortura em animais mencionam sempre nas discussões a existência de comissões de ética, criadas justamente para que tivessem um alibi. Há diferença em torturar mais ou menos?

Mais difícil de resolver é o segundo ponto: as experimentações ligadas a grandes interesses econômicos, como os laboratórios farmacêuticos. O cidadão comum, preso à sua própria superficialidade, ignorância e omissão em colocar-se no lugar dos animais, acredita piamente que o massacre é necessário “para salvar gente”. Mal sabe que a maioria das experimentações, hoje, é para lançar no mercado medicamentos que são o mesmo do mesmo, mudando apenas uma molécula aqui e acolá, em benefício das patentes e do lucro.

**Eulália Jordá-Poblet**  
Médica e ambientalista  
eulaliajorda@hotmail.com



## O TEMPO

**ENDEREÇOS**  
Sede Comercial  
Rua Pernambuco, 712 - Funcionários  
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-151  
Fone: (31) 2138-3900 - Fax: (31) 2138-3920  
Web: www.otempo.com.br  
e-mail: comercial@otempo.com.br

**Redação e Industrial**  
Avenida Babita Camargos, 1.645  
Cidade Industrial, Contagem - MG  
CEP 32.210-180 - Fone: (31) 2101-3000

**SERVICOS EDITORIAIS**  
The New York Times

**AGÊNCIAS NOTICIOSAS**  
Associated Press, Agência Globo, Folhapress e Agência Estado

**ATENDIMENTO AO ASSINANTE:**  
0800-703-4001 (interior)  
(31) 2101-3838 (Capital e Grande BH)

**Horário de funcionamento:**  
Segunda a sexta-feira: 7h às 19h  
Sábado, domingo e feriados: 7h às 13h  
E-mail: atendimento@otempo.com.br

**FILIADO À ANJ**  
Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br

**RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**PREÇO DA ASSINATURA NORMAL MG**  
(consulte nossas promoções)

Anual	Semestral	Trimestral
R\$ 492,00	R\$ 246,00	R\$ 123,00
à vista ou: 2 x R\$ 246,00	à vista ou: 2 x R\$ 123,00	à vista ou: 3 x R\$ 62,00
4 x R\$ 123,00	4 x R\$ 62,00	6 x R\$ 62,00

### ESCRITÓRIOS COMERCIAIS

**SÃO PAULO**  
Avenida Jamaris, 100 - Sala 207 - Bairro Moema - São Paulo - SP - CEP 04.078-000  
Fone/Fax: (11) 5531-3334 - (11) 5531-3336 - (11) 9935-3534  
E-mail: rodrigo.simoed@otempo.com.br

**RIO DE JANEIRO**  
Bueno Comunicação - Av. Almirante Barroso, 63 - Sala 2012 - Edifício Cidade do Rio de Janeiro - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.031-003  
Fone: (21) 2234-5644 ou (21) 96965-2255  
E-mail: barbara.bueno@bucomunicacaoorj.com.br e bueno@bucomunicacaodf.com.br

**BRASÍLIA**  
Bueno Comunicação - SRTVS - Quadra 701 - Bloco O - Conj. 896 - Edifício Centro Multiempresarial - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70.340-000  
Fone/Fax: (61) 3223-6999 - (61) 8179-7215  
E-mail: daniela.bueno@bucomunicacaodf.com.br e fbueno@bucomunicacaodf.com.br

**ESPÍRITO SANTO**  
Bueno Comunicação - Rua Professor Espírito Pimentel, 409 - Sala 201 - Edifício Maczocco - Mata da Praia - Vitória - ES - CEP 29.065-060  
Fone/Fax: (27) 3376-5095 e (27) 98129-0362  
E-mail: violeta@bucomunicacaodf.com.br e fbueno@bucomunicacaodf.com.br